

Balço da Fiscalização do Auxíio Emergencial

coopera ^{TCU}

Programa especial de atuação no
enfrentamento à crise da **COVID-19**

RELATOR
MINISTRO
BRUNO DANTAS





**O que
o TCU
constatou?**






CONCLUSÃO GERAL

O Auxílio Emergencial foi **tempestivo** e **alcançou** trabalhadores **sem renda formal**, porém os altos índices de **pagamentos indevidos** resultaram em **desperdício** de recursos públicos.

1) ESTIMATIVA DE R\$ 54 BILHÕES EM PAGAMENTOS INDEVIDOS

A comparação entre a estimativa de público-alvo do auxílio emergencial, com base nas informações da PNAD Contínua, e a quantidade efetiva de beneficiários do auxílio emergencial permitiu estimar que cerca de 7,3 milhões de pessoas fora dos requisitos legais teriam sido beneficiadas indevidamente. Também permitiu identificar 6,4 milhões de mães solteiras a mais no programa, que ganharam indevidamente uma cota excedente do benefício. A soma desses dois erros de focalização gerou um custo estimado de pagamentos indevidos de aproximadamente R\$ 54 bilhões, suficientes para pagar um auxílio de R\$ 300,00 para 60 milhões de brasileiros durante três meses.

ESTIMATIVA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS

 Estimativa considerada	 Elegíveis (A)	 Estimativa PNAD (B)	 Qtde. de beneficiários indevidos $C = (A - B)$	 Pagamento indevido (R\$)
Elegíveis a mais	67.800.241	60.495.540	7.304.701	29.032.811.663,76
Mães chefes de família a mais	10.814.303	4.366.365	6.447.938	25.627.574.567,88
Total				54.660.386.231,64

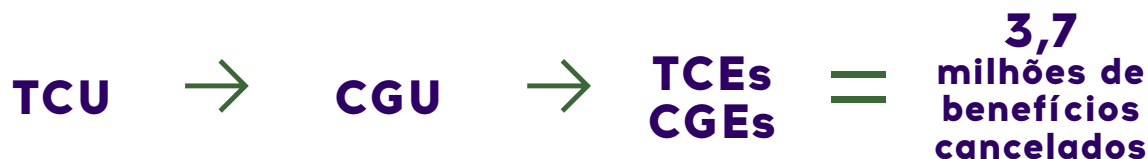
18% DE 293 BILHÕES PAGOS PARA O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Ministério da Cidadania (peças 409 e 415) e da Pnad Contínua de 2019.

2] DETECÇÃO DE 3,7 MILHÕES DE BENEFICIÁRIOS INDEVIDOS

TCU, CGU e tribunais de contas e controladorias gerais subnacionais identificaram **3,7 milhões de beneficiários indevidos** até agosto de 2020 que **foram retirados do auxílio emergencial**. Estima-se que foram prevenidos R\$ 8,8 bilhões em pagamentos indevidos que teriam sido pagos, se esses beneficiários continuassem até a última parcela.

TAXA DE PAGAMENTOS INDEVIDOS DETECTADOS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE



+DE 5% DAS 68 MILHÕES DE PESSOAS QUE RECEBERAM ALGUMA PARCELA (CRUZAMENTOS APENAS ATÉ 5ª PARCELA EM AGOSTO)

VEJA MAIS NO 4º RELATÓRIO DO ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO

PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS INDEVIDOS DETECTADOS

PESSOAS COM EMPREGO E RENDA FORMAL

- + de 700 mil servidores civis e militares
- + de 600 mil com vínculo de emprego
- + 300 mil nas declarações de IR

PESSOAS COM BENEFÍCIOS FEDERAIS

- + de 280 mil com benefício emergencial (Bem)
- + de 200 mil com benefício do INSS
- + de 50 mil com Seguro Desemprego (Formal e Defeso)

SITUAÇÕES INCOMPATÍVEIS COM AUXÍLIO

- 100 mil pessoas que devolveram
- + de 60 mil falecidos
- + de 40 mil fora do Brasil
- + de 40 mil presos

DESCUMPRINDO LIMITES DA LEI

- + de 200 mil com renda acima do limite
- + de 30 mil acima de 2 membros por família

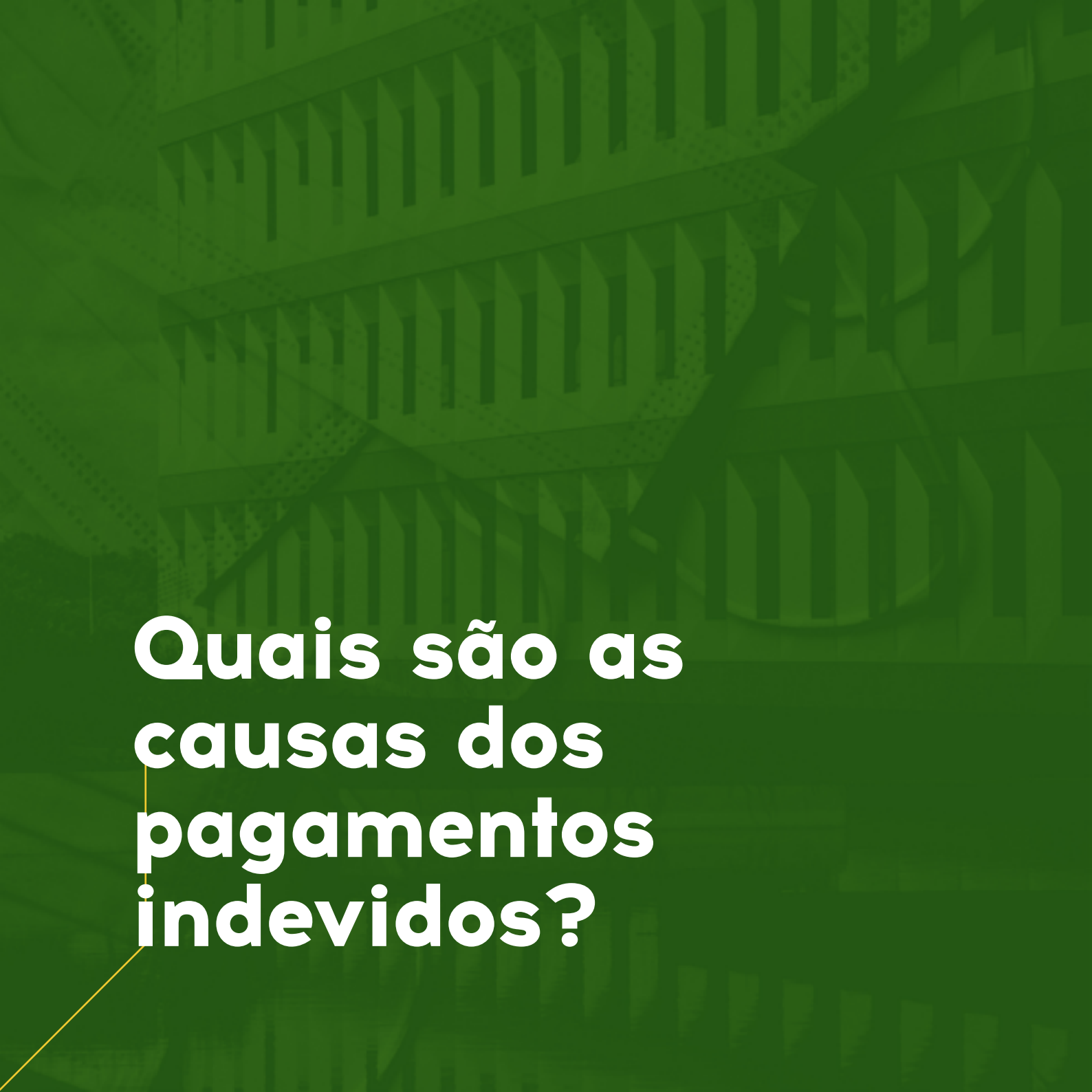
VEJA MAIS NO 4º RELATÓRIO DO ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO



**R\$ 8,8
bilhões**

**QUANTO FOI
PREVENIDO?**

Estima-se que R\$ 8,8 bilhões teriam sido pagos indevidamente, se não houvesse a detecção pelos órgãos de controle.

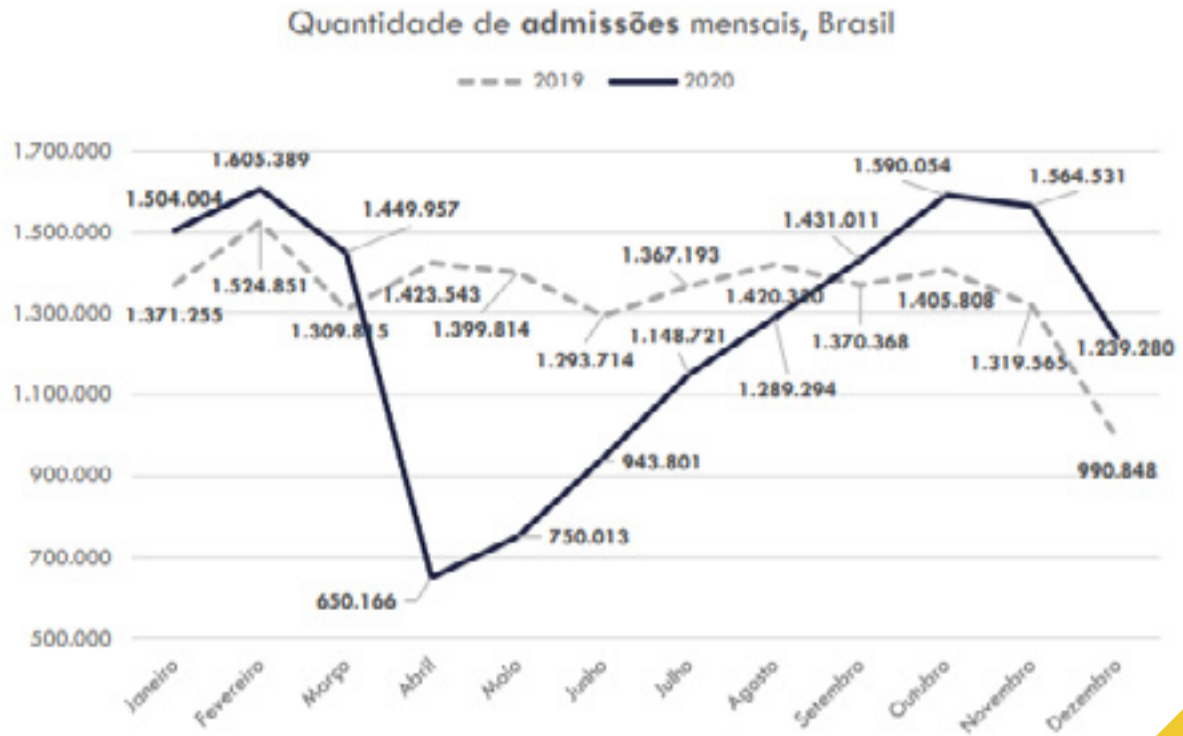


**Quais são as
causas dos
pagamentos
indevidos?**

1] AUSÊNCIA DE REVISÃO PERIÓDICA DOS REQUISITOS LEGAIS

A cada mês, centenas de milhares de pessoas entram no mercado formal de emprego, obtêm um benefício do INSS e até mesmo vêm a óbito. A interpretação inicial de que os requisitos deveriam ser confirmados apenas na concessão do auxílio emergencial contribuiu para manter como beneficiários pessoas que perderam as condições de elegibilidade.

MERCADO DE TRABALHO TEM FLUXO DINÂMICO DE ADMISSÕES E DEMISSÕES



Fonte: http://pdet.mte.gov.br/images/Novo_CAGED/Dez2020/2-apresentacao202012.pdf

2] AUTODECLARAÇÃO E REGRAS LEGAIS NÃO VERIFICÁVEIS

A verificação automatizada de requisitos de elegibilidade pressupõe a existência de dados confiáveis. Porém, os limites de renda familiar e per capita, e de cotas e membros por família são de difícil confirmação, devido à ausência de dados cadastrais confiáveis sobre renda do trabalhador informal, composição familiar e domicílio. A autodeclaração de renda e composição familiar é um controle muito vulnerável.

REGRAS FORA DE CONTROLE



Renda Per Capita de ½ salário mínimo
8 milhões de domicílios com **renda per capita** acima de ½ salário mínimo receberam o auxílio.



Mães chefes de família
6 milhões de mães identificadas como **chefes de família** acima das estimativas estatísticas.



2 membros por família
8 milhões de pessoas podem ter recebido como **terceiro ou quarto membro** da família beneficiária.

3 | BASES DE DADOS INCOMPLETAS E INTEMPESTIVAS

Embora os cruzamentos realizados pela Dataprev tenham permitido o indeferimento de cerca de 57 milhões de solicitações que não atendiam aos critérios legais, cruzamentos posteriores realizados pelos órgãos de controle detectaram pagamentos indevidos ao utilizar bases de dados adicionais e mais atualizadas, com destaque para bases de dados: da Receita Federal, do Ministério da Defesa, dos Poderes Legislativo e Judiciário, de estados, do DF e dos municípios, e do Tribunal Superior Eleitoral.

BASES DE DADOS INCOMPLETAS E INTEMPESTIVAS

**DADOS QUE
CHEGARAM
ATRASADOS**

- Ministério da Defesa

- Estados, DF e municípios

- Poderes Legislativo e Judiciário

- Receita Federal

- TSE

**Como o TCU
contribuiu
para aprimorar
o Auxílio
Emergencial?**



RECONHECIMENTO PELO GESTOR

“Este novo programa, denominado Auxílio Emergencial Residual, apesar de incidir sobre o mesmo público, incorpora melhorias no seu processo de concessão, com base na experiência obtida com a operacionalização do Auxílio Emergencial, **inclusive procurando sanar as imperfeições apontadas pelos órgãos de controle, em especial as recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas da União**”.

Ministério da Cidadania
(Peça 409 TC O16.827/2020-1)



1] DETERMINAÇÃO PARA VERIFICAÇÃO MENSAL DE ELEGIBILIDADE

Com a prorrogação para até nove parcelas do AE, a revisão dos parâmetros iniciais se tornou um imperativo e foi objeto de determinação do TCU (Acórdão 2.282/2020), sendo incorporada às novas condições estabelecidas pela MP 1000/2020. Na primeira revisão, foram identificados 591 mil beneficiários que não mais atendiam aos critérios de concessão do benefício, representando uma economia estimada em mais de R\$ 700 milhões.

**ACÓRDÃO 2282/2020
DETERMINA RETIRAR DO
AUXÍLIO PESSOAS QUE
TENHAM CONSEGUIDO
EMPREGO FORMAL OU
OUTRO BENEFÍCIO
FEDERAL.**

**NA PRIMEIRA
VERIFICAÇÃO EM
OUTUBRO FORAM
RETIRADAS 591
MIL PESSOAS QUE
CONSEGUIRAM
RENDA FORMAL.**

2] ESTIMATIVAS DEMONSTRARAM FALHAS NA VERIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

No 3º relatório do acompanhamento do auxílio emergencial, o TCU apontou falhas na verificação de limites de renda e cotas por família e, em seguida, a MP 1000/2020 reduziu de 3 para 2 cotas, preservando a cota dupla para mães chefes de família. O TCU estimou 8 milhões de famílias beneficiárias do auxílio acima da renda per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, 6 milhões de mães identificadas como chefe de família acima das estimativas baseadas na PNAD Contínua e 8 milhões de pessoas que podem ter recebido além do limite de 2 membros por família.

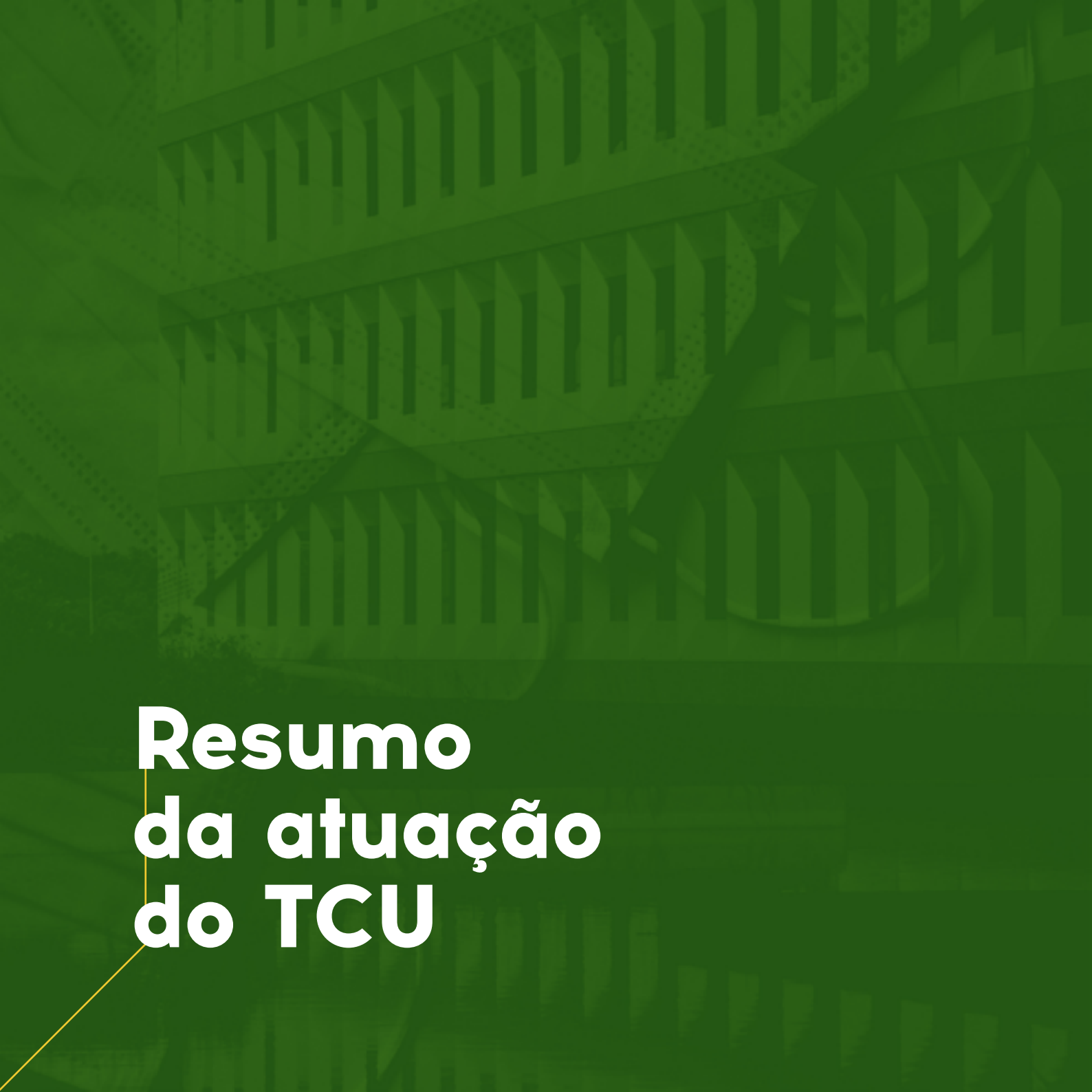
A MP 1000/2020 REDUZIU DE 3 PARA 2 COTAS POR FAMÍLIA E, COM ISSO, MITIGOU OS ABUSOS NAS DECLARAÇÕES DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR, PRESERVANDO A COTA DUPLA PARA MÃES CHEFES DE FAMÍLIA.

3 | DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA AMPLIAR BASES DE DADOS



DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES PARA AMPLIAR BASES DE DADOS

No 1º relatório do acompanhamento do auxílio emergencial, o TCU apontou riscos relacionados à insuficiência de dados e recomendou a inclusão de dados de servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes subnacionais. Em representações específicas, o TCU determinou ao Ministério da Defesa e à Receita Federal o compartilhamento de dados com o Ministério da Cidadania. O TCU também detectou candidatos à Eleição de 2020 com patrimônio elevado recebendo o auxílio. Os dados do TSE também foram incorporados pelo Governo.



Resumo da atuação do TCU

IMPACTO TCU

- Verificação mensal de elegibilidade
- Aprimoramento dos limites de cotas por família
- Suspensão de indícios detectados pelo TCU
- Ampliação das bases de dados.
- Devolução de pagamentos indevidos
- Divulgação no Portal da Transparência

30
PROPOSTAS



16
IMPLEMENTADAS OU
EM IMPLEMENTAÇÃO

SETEMBRO
CORREÇÃO DE RUMOS
MP 1000/2020
NOVAS REGRAS

Pagamentos
em Agosto
Auxílio Emergencial
64,9 milhões
de beneficiários



Pagamentos
em Dezembro
Auxílio Residual
56,8 milhões
de beneficiários

O TCU apontou falhas na verificação de limites de renda e cotas por família e influenciou a edição da MP 1000/2020 que excluiu **8 milhões de pessoas que perderam os requisitos de elegibilidade.**

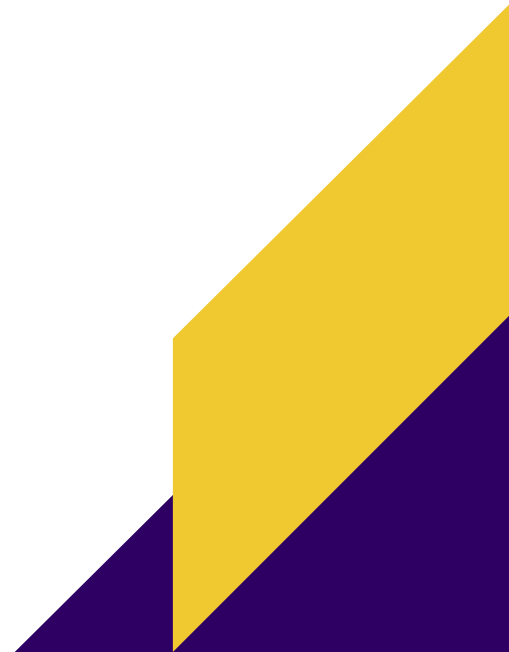
PROPOSTAS NÃO IMPLEMENTADAS

OPORTUNIDADES PARA DISCUSSÃO TÉCNICA E APRIMORAMENTO FUTURO

- Integração entre procedimentos automatizados e CRAS
- Divulgação de lista de beneficiários indevidos
- Campanha de conscientização
- Uso da Rede SUAS para contestação
- Declaração Anual de Renda pelo beneficiário
- Atualização cadastral mensal pelo beneficiário



LIÇÕES PARA O FUTURO MANTER O QUE DEU CERTO

- Uso de tecnologia para concessão, manutenção e pagamento
 - Focalizar em quem não tem a proteção da renda formal
 - Uso de dados dos grandes cadastros: INSS, Receita e TSE
 - Inclusão de limite de patrimônio nos requisitos
 - Verificação mensal de elegibilidade
 - Parcerias para compensar limitações institucionais
- 

LIÇÕES PARA O FUTURO CORRIGIR VULNERABILIDADES

- Mais de 1 membro por família como beneficiário
- Autodeclaração de renda e da composição familiar
- Falhas na coleta tempestiva e abrangente de bases de dados
- Baixa conscientização e responsabilização do beneficiário
- Baixo uso da Rede SUAS para complementar serviços
- Baixa integração de medidas de proteção social e trabalhista

COOPERAÇÃO COM INDEPENDÊNCIA

O TCU respeitou o tempo e o espaço do gestor na crise, priorizou as medidas emergenciais e fez determinações e recomendações propositivas e tempestivas que melhoraram o Auxílio Emergencial.

15
AUDITORES → **10**
RELATÓRIOS → **30**
PROPOSTAS

CLIQUE AQUI
PARA ACESSAR OS
RELATÓRIOS.

ACOMPANHAMENTO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL



ACÓRDÃOS
[ACESSE AQUI](#)



RESUMOS
[ACESSE AQUI](#)



RELATÓRIOS
[ACESSE AQUI](#)



DECISÕES DO TCU

09/06/2020 TCU avalia a implementação do auxílio emergencial

06/07/2020 Pagamento irregular do Auxílio Emergencial a militares e jovens de classe média

08/07/2020 TCU verifica indícios de auxílio emergencial indevido a mais de 620 mil pessoas

17/07/2020 TCU verifica que Auxílio Emergencial pode chegar a meio trilhão até dezembro

02/09/2020 TCU determina interrupção de pagamentos indevidos do auxílio emergencial

09/09/2020 TCU analisa a qualidade das informações do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)

06/11/2020 TCU disponibiliza lista de candidatos às eleições de 2020 que receberam auxílio emergencial

13/11/2020 Auditoria do TCU aponta falhas no controle do auxílio emergencial

26/11/2020 Processamento do auxílio emergencial tem inclusão e exclusão indevida de pessoas

11/12/2020 Monitoramento do TCU evita o atraso do Auxílio Emergencial em dezembro de 2020

PAINEL DE DADOS

O TCU disponibiliza, desde junho do ano passado, um Painel de Acompanhamento das Ações para Preservação de Emprego e Renda. A ferramenta amplia a transparência em relação aos gastos públicos e oferece ao cidadão acesso a informações de fácil entendimento sobre as medidas de proteção ao emprego e à renda adotadas pelo governo federal durante a crise.



DIVULGAÇÃO INTERNACIONAL

Evento da Organização Internacional de Entidades de Fiscalização Superior - Intosai

Grupo Técnico sobre Covid 19 do Comitê Supervisor de Assuntos Emergentes

Tema: Abertura das EFS e garantia de inclusão em condições de emergência



coopera

Programa especial de atuação no
enfrentamento à crise da **COVID-19**

SEGECEX Secretaria Geral de Controle Externo

COECONOMIA Coordenação Geral de Controle Externo da Área Econômica e das Contas Públicas

SECEXPREDIÊNCIA Secretaria de Controle Externo da Previdência, da Assistência Social e do Trabalho

SEFIP Secretaria de Fiscalização da Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios